



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: 09/08/2018

Aprovado em: 09/08/2018

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.12.12>

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS EM CLASSES REGULARES: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA

EIXO: 12. PSICOLOGIA, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO: ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS E
PSICOSSOCIAIS

RAQUEL BARCELOS DE ANDRADE, ROBERTA CAMARA ROCHA MENEZES

RESUMO

Este artigo tem caráter bibliográfico e tem como objetivo discutir o autismo e a importância de incluir crianças avaliou-se a produção científica sobre inclusão de alunos autistas em classes regulares, publicadas nos Programas de Psicologia da Região Nordeste do Brasil, entre 2012 e 2017. Esta pesquisa baseou-se nos resultados da base de dados visando identificar os principais temas enfocados e o delineamento de cada pesquisa. Os resultados foram agrupados em universidade, objetivo e resultados. Foi encontrada pouca produção acadêmica sobre a inclusão de alunos autistas: cinco produções, duas de pósgraduação em psicologia e três de educação. Verificou-se uma inclusão bem distante desse processo.

Palavras-chave: autismo-inclusão-educação-psicologia.

ABSTRACT

This paper has a bibliographic character and its purpose is to discuss autism and the importance of including a scientific production about inclusion of autistic students in regular classes, published in Postgraduate Programs of the Region of Brazil, between 2012 and 2017, was evaluated. This research was based on the results of database of Tesis to identify the main themes focused and the delineation of each research. The results were grouped into categories: university, objective and results. It was found little academic production about inclusion of autistic students in regular classes. Being five psychology and three of education. There was an inclusion far removed from the ideal and a psychology disconnected from the reality.

Keywords: autism-inclusion-education-psychology.

A inclusão ainda é um desafio na realidade das escolas brasileiras. Quando se fala em inclusão, fala-se em diversidade, saber lidar da melhor maneira com as especificidades daquele a quem se busca incluir, o que muitas vezes não é o que se faz. Tal pesquisa buscou fazer um levantamento sobre produções científicas que tratam a temática da inclusão, apresentando a preocupação com a importância do desenvolvimento de pesquisas que estudem essa questão.

Quando se pensa em educação, pensa-se na estrutura basilar da sociedade, que é a escola, e é por ela que se faz a inclusão e segregação, e assim abrir caminho para a comunicação e diálogo sobre as diferenças e o respeito. O que deveria ser o terreno fértil para a inclusão, comunicação e aceitação das diferenças.

Nesse sentido, percebe-se, atualmente, um discurso cada vez mais forte pela inclusão de crianças com necessidades especiais. Porém, quando se fala em inclusão de uma criança autista, parece que tal discurso nas escolas muda ou se torna mais desrespeitoso, despreparados para lidar com crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Essa grande resistência ao atendimento regular talvez se deva aos estereótipos e mitificações que giram em torno do autista no imaginário social. Nas manifestações dos comportamentos estereotipados seriam responsáveis pelas barreiras na busca de se estabelecer uma relação de respeito e diálogo.

De acordo com Kupfer (2004), é imprescindível que se modifique a maneira social como a criança com autismo é vista, não só da escola e dos professores, a fim de que estes busquem compreender as diferenças e peculiaridades do autismo para receber estas crianças, e não o contrário, a escola deve estar preparada para recebê-las e saber lidar com elas, de forma que a escola se adapte à criança com necessidades educacionais e não o inverso.

Partindo dessa premissa, este artigo teve como objetivo analisar a produção científica acerca da inclusão de crianças com autismo, publicadas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação e Psicologia na região Nordeste do Brasil, no período entre 2012 e 2017. O resultado do levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações (CAPES). Em relação à realidade da educação, acreditava-se na pouca produção acadêmica sobre o assunto, mesmo este sendo relevante e de extrema importância, já que a educação é um direito de todos. Em relação à escolha dos últimos cinco anos, buscou-se com isso ter a temática da pesquisa.

A importância de pesquisar sobre a condição de inclusão de crianças com autismo, se deve ao aumento do número de crianças com Transtorno do Espectro Autista ao longo dos anos. De acordo com Teixeira (2016), um estudo realizado nos Estados Unidos

a cada 68 seria portadora do transtorno. Dessa forma, o autismo se mostra uma realidade relevante que demanda que estas crianças precisarão ser incluídas em escolas, em algum momento. Daí a demanda de estudos que realidade.

Ainda levando em conta a relevância para a área estudada, tal pesquisa buscou promover uma revisão sobre as classes regulares, buscando estimular uma nova forma de olhar sobre a necessidade de se pesquisar e se aprofundar, buscando-se contribuir com uma reflexão, para quem sabe, futuramente, a inclusão de autistas possa ser realidade. A pesquisa tem o intuito de despertar a atenção para a importância da produção científica na área de inclusão educacional, buscando que as escolas da região Nordeste tenha respaldo e que haja uma orientação para tal prática.

Para tanto, a problemática que impulsionou essa pesquisa, nasceu de uma questão principal e norteadora: *pesquisas científicas de pós-graduação na região Nordeste do Brasil, que se preocupam com a inclusão de crianças autistas*.

2 BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO

Segundo Silva (2012), o autismo foi descrito pela primeira vez pelo psiquiatra americano Kanner, em 1943, quando observou uma série de comportamentos característicos e observáveis em um grupo composto por onze crianças, característicos de um autista.

De acordo com Silva (2017), no ano de 1950, Bruno Bettelheim trouxe a teoria de que a causa do autismo viria de uma infecção, que era esse fenômeno de "mãe-geladeira". No entanto, nos anos 1970 tal teoria foi recusada. Hoje, através de estudos mais recentes, está ligado, na verdade, a causas genéticas associadas a questões ambientais. Apesar dos esclarecimentos que já foram feitos, ainda há muitas perguntas a serem respondidas sobre o autismo.

3 O QUE É AUTISMO

De acordo com Orrú (2012), o autismo é uma palavra originada do grego (*autós*) que significaria "por si mesmo", também denominado como Transtorno Autístico ou Autismo Infantil.

O autismo é uma disfunção global do desenvolvimento. De acordo com *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5), afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização e de comportamento, ou seja, responder apropriadamente a estímulos que regulam essas respostas. Sendo assim, o autista apresenta dificuldade na interação social, alterações no comportamento e estereotipados de comportamentos e interesses. Esta desordem faz parte de um grupo de síndromes chamado Tríade do Autismo.

Mais recentemente utilizou-se o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) para englobar o Autismo, o Transtorno de Asperger. De acordo com Silva e colaboradores (2012), o autismo não possui apenas uma única forma de expressão, mas muitas vezes o que povoam o imaginário social são estereótipos que não englobam toda pessoa autista. Como, por exemplo, acreditar que todo autista nunca olha nos olhos, não se comunica, não tem infinidade de variações e características dentro do espectro que vão de um nível mais simples ao complexo.

Segundo as normas da Associação Americana de Psiquiatria, na quinta edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5), uma pessoa seja diagnosticada como autista deve apresentar os seguintes critérios: déficits significativos de habilidades sociais, apresentando dificuldade na comunicação não verbal e verbal; falta de reciprocidade no comportamento; adesão excessiva a rotinas e interesses restritos, fixos e intensos. De acordo com o manual, tais sintomas devem aparecer no início da infância.

4 O DESAFIO DA INCLUSÃO NO BRASIL

De acordo com Candeias (2012), a questão da exclusão ou inclusão de alunos autistas tem estado em debate, com grande frequência, principalmente na área da educação. É possível perceber nos variados discursos que compõem essa questão, um espaço potencial, que buscaria romper preconceitos e injustiças, mas, no entanto, a realidade pode ser bem diferente.

A fim de garantir a inclusão dessas crianças criou-se mecanismos legais, e o mais recente seria a Lei 12.764/2012, sancionada pelo então presidente Dilma Rousseff, na qual a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência. No entanto, além de mecanismos legais, que são de suma importância, talvez seja necessária uma mudança na cultura e na atitude das pessoas.

cultura da escola. Percebe-se ainda grande dificuldade de inclusão de crianças com Necessidade Educacional resistências e falta de informação. (BRASIL, 2012).

Outro ponto relevante, que deve ser levado em conta na questão da inclusão, é a formação de professores. Ficou a sua experiência na docência, que os cursos de formação superior de professores no Brasil não dão o preparo com crianças autistas ou de qualquer ordem de necessidade. De acordo com Sanches e Teodoro (2006), a inclusão ou seja, de maneira coletiva, que passaria por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde a sala de aula, passando pela adaptação do currículo, pelas formas e respectivos critérios de avaliação.

Outro aspecto que deve estar sob olhar minucioso é a diferenciação da inclusão e da integração na escola. É importante ressaltar que a inclusão é um movimento da escola para se adequar e receber a todos os alunos, enquanto a integração é o movimento por parte do aluno, inserido na escola regular, em se adequar à escola. Considerando isso, a inclusão é uma estratégia que visa garantir direitos e oportunidades para todos, incluindo a criança com Necessidades Educacionais Especiais, pois proporcionaria oportunizar uma escola mais acolhedora e que beneficiaria toda e qualquer pessoa no âmbito escolar. A escola ao se adaptar para atender às necessidades de todos, atenta às necessidades de todos.

5 PSICOLOGIA E INCLUSÃO

Ao se falar em inclusão, percebe-se em um primeiro momento uma restrição a poucos personagens no coordenação e etc. No entanto, a psicologia deve ter um papel fundamental dentro da escola para que essa inserção escolar, segundo Ramos e colaboradores (2016) teria um papel de suma importância nesse processo, atuando com a criança com Necessidades Educacionais Especiais, além de dar suporte e apoio a família desse aluno.

Segundo Andaló (1984), o psicólogo também seria um agente de mudanças, pois esse promoveria a conscientização reflexões acerca de suas práticas. Nesse sentido, ele possuiria um viés muito mais amplo e abrangente do que n

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, sendo de cunho exploratório. Para a realização deste estudo, foi feitas buscas sistemáticas no Banco de Teses e Dissertações (CAPES). A fim de realizar um recorte maior, foram realizados nos últimos cinco anos, de 2012 a 2017, sendo as produções mais recentes que dão um panorama maior da área. Todos os artigos que foram selecionados tratavam da temática inclusão de autistas na região Nordeste do Brasil, considerando: o ano, a localidade da Região Nordeste e a instituição.

Nesse sentido, foi feita a busca por pesquisa desenvolvidas nos últimos cinco anos. Durante a pesquisa, no banco de dados, pelo descritor “autismo”, 14 resultados. Já em relação apenas ao descritor “inclusão”, foram encontrados 190 resultados. Para a busca com as palavras-chave “classe regular” o resultado foi 208. Quando é feita a busca pelos descritores “inclusão” e “autismo” 2.1 “nordeste” apresentou o resultado 2.228. Quando a busca é feita pelos descritores “autismo” e “nordeste” foram encontrados 249 resultados. Quando a busca é feita com os descritores “autismo”, “inclusão” e “nordeste” aparecem 373 resultados. E quando se refina ainda mais a busca dos descritores em “autismo”, “inclusão”, “classe regular” somam 424, mas, no entanto apenas 5 guardam, de fato, relação com o que foi pesquisado.

Diante de tal levantamento, evidenciou-se a incipiente em relação ao tema inclusão de crianças autistas em clássicos. Percebe-se que como área de pesquisa, tanto do âmbito da Educação como da Psicologia, não há uma preocupação nessa temática. Deixando uma lacuna de conhecimento profunda e uma prática de inclusão deficitária, já que se ensina essa inclusão sem o suporte de pesquisas.

O método escolhido para analisar os dados levantados foi a análise de conteúdo de Bardin (2011), sendo obtido dentro da temática. Foram também analisados pontos recorrentes nos artigos, em relação a realidade da inclusão. A análise de conteúdos seria uma análise das comunicações, que buscar-se-ia indicadores que permitissem condições de produção.

7 RESULTADOS

O resultado do levantamento realizado se encontra na tabela abaixo. A busca no Banco de teses e dissertações

“nordeste” e “classes regulares”, foi feita apenas em programas de pós-graduações de universidades do Nordeste dessas, apenas cinco guardavam relação com os descriptores acima. Para o melhor entendimento da realidade da inclusão de autistas em classes regulares, elencou-se os pontos chaves dessas cinco produções: “inclusão”, “escola”

Para uma melhor visualização das produções científicas encontradas e de seus delineamentos e foco foi estruturado os artigos que guardavam relação com os descriptores. Primando para um melhor entendimento dos dados coletados tópicos: título; autor; ano; programa de pós-graduação; objetivos e resultados.

7.1 INCLUSÃO

Dentre os cinco artigos pesquisados foi possível constatar que a inclusão de crianças autistas no Nordeste ainda segundo Santos (2016), que é o primeiro presente na tabela, foi possível perceber a dificuldade da escola em se adequar: apresentam grande dificuldade em adaptar as práticas da sala de aula, já instauradas. Todas as produções deixam crianças autistas em classes regulares na região Nordeste. Apresentando a realidade de uma inclusão apenas inserção desses alunos nas escolas regulares.

Ainda de acordo com Sousa (2016), que é o quinto artigo da tabela, as leis seriam respeitadas, pois as crianças, entanto, segundo a autora, a escola volta a esbarrar na prática diária com essas crianças. Nesse sentido, a escola é o espaço potencial de conhecimento. Mostra-se grande dificuldade da escola em receber esses educandos e adequar a inclusão e não apenas integração.

7.2 ESCOLA

Percebeu-se uma grande dificuldade de adequação das escolas a realidade desses alunos com necessidades segundo Santos (2016), primeiro artigo da tabela, a adaptação de rotina, currículo e até mesmo do Projeto Político Pedagógico segundo Santos (2016), a escola mesmo recebendo o aluno com diagnóstico de autismo, não realizaria nenhuma adaptação curricular, nem das atividades realizadas em sala de aula.

Segundo Pereira (2014), terceiro artigo na tabela, verificou-se um total despreparo dos docentes e mediadores incluídos em classes regulares. A comunidade escolar mostrou-se desorientada em como proceder no processo de inclusão de suporte de pesquisadores nessa área.

7.3 LEIS

Outro ponto observado foram as leis que propiciam a inclusão de crianças em classes regulares. Estas que preferencialmente em classes regulares, mostram a iniciativa para uma escola inclusiva, porém não iluminam com mais específicas e ferramentas para colocar em prática tais leis. Percebe-se uma discrepância entre o papel do ambiente escolar, mas não há nenhum preparo para isso. De acordo com Santos (2016), há o desconhecimento, e ações necessárias para inclusão. Professores que não reconhecem o Projeto Político Pedagógico, nem suas ações demonstram desconhecimento de leis com a LDB. Nesse sentido, a realidade de um processo de inclusão ser tornar

Leis de inclusão são extremamente importantes para que o direito de tais crianças seja respeitado, no entanto, devido ao prazo, como formação de professores inclusivos, mediadores preparados, e de presença obrigatória desses últimos infelizmente, ainda faz parte da realidade escolar abordada em tais artigos. Segundo Nascimento (2015), se a escola extrapolaria ação de colocar em prática as leis, a inclusão seria a ação de oportunizar o desenvolvimento de interação social, nos quais é respeitado o direito de todos.

DISCUSSÃO

A realidade da escassez de produções na temática estudada chama a atenção para a pouca produção acadêmica e mecanismos legais que o respaldam e demonstram a intenção de que a realidade de crianças com necessidades seja ensino e educação.

Essa falta de estudos pode levar a reflexão acerca de uma realidade que possivelmente tem se distanciado do ideal, uma disparidade entre as leis implementadas e a prática. No que tange à realidade inclusiva, em todos os trabalhos

das escolas, iniciativas que mais estão para tentativas de erro e acerto, do que que ações concertas para a inclusão muitas diretrizes do que se fazer, mas, no entanto, as escolas, diretores e professores, ao que parece, não passo-a-passo de como proceder, de como lidar na realidade com essas crianças nas escolas regulares.

De acordo com Farias e colaboradores (2008), o que se observa em matéria de inclusão no Brasil é ainda a exclusão educacional do aluno com autismo. Segundo os autores, isso se deve ao fato de muitos profissionais, terem um despreparo destes, do desconhecimento sobre a condição do autista em si ou por se defrontarem diariamente com a realidade de uma intervenção pedagógica com tal aluno. Em relação a esse fato, trazido pela autora, verifica-se a realidade na qual a escola se encontra perdida, não possuindo ferramentas para concretização da inclusão e se resumindo à matéria de adaptação curricular, projeto político pedagógico, estrutura física, formação de professores, entre outros.

De acordo com Segate (2010), em relação à prática escolar, muitos professores se defrontam com muitas dificuldades reproduzitivíssimo, e na simples transmissão do conhecimento, demonstrando total ausência de uma relação entre o que possam auxiliar o trabalho docente com os alunos especiais.

Partindo dessas constatações, pode-se questionar se a prática de tais escolas tem sido realmente inclusiva. De acordo com a Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais e incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. Em relação à inclusão na realidade, os transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns o índice seria de 94,3%. Produções acadêmicas e de tantas dificuldades diante de tentativas de inclusão, é possível questionar até que os índices de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares seriam apenas 10%.

Como já visto anteriormente, há uma enorme diferença entre inclusão e integração. Segundo Mantoan (1997), a inclusão é com deficiência, sendo que esta deveria se modificar, se moldar para ser aceita. Já a inclusão seria o inverso, se as necessidades especiais está inserida, deveria se modificar e se adequar para recebê-la. Diante disso, e com a temática de inclusão de autistas na região nordeste, cabe o questionamento dessa realidade, que em número de animadores de inclusão, mas ao mesmo tempo pede uma reflexão. Será que assim como as leis que asseguram direitos e diretrizes tendo força para se transportarem do papel para a realidade, tais índices refletem de fato a realidade de escolas que não conseguem integrar uma realidade constatada nas produções encontradas, e que estão longe de ser a da tão sonhada inclusão, mostrando que muitas crianças integradas as escolas, escolas essas que possuem muitas dificuldades e apresentam uma série de desafios.

Outro ponto que pôde ser observado, foi que entre os poucos trabalhos de pesquisa desenvolvidos nessa temática, a constatação apresenta uma realidade de uma Educação desconectada da Psicologia. No entanto, quando se faz a conjunta da escola com outros campos, entre eles a psicologia. De acordo com Danuzzi (2010), já existem muitas investigações feitas na área da Psicologia seriam de fundamental importância para a compreensão dos processos que se percebe, ao buscar tais investigações é escassez e uma falta de preocupação com a temática. Dessa forma, a inclusão é uma realidade constatada nas produções encontradas, e que estão longe de ser a da tão sonhada inclusão, mostrando que muitas crianças integradas as escolas, escolas essas que possuem muitas dificuldades e apresentam uma série de desafios.

Ainda segundo Danuzzi (2010), a psicologia não teria empenhado um papel positivo quanto a inclusão escolar, de forma inversa, tendo uma prática clínica na escola, prática essa que nada tem a ver com uma psicologia escolar. A visão dessa prática e de como essa se insere no contexto escolar.

Diante do que foi visto, pode-se dizer que o papel da Educação e da Psicologia não tem sido o de promover a inclusão, é impossível ver de fato manifestações que caminhem para um levantamento de dados e posteriores ações para melhorar a inclusão saia do papel e se materialize na realidade das escolas brasileiras. O que se vê, na verdade, ainda é uma preocupação com conceituações patologizantes, uma visão clínica, que distorce a verdadeira função de uma psicologia que ajuda para quem recebe o diagnóstico. Nesse sentido, é preciso um trabalho conjunto entre educação e psicologia, comum, a inclusão.

CONCLUSÃO

Diante do levantamento feito no presente artigo percebeu-se a existência de pesquisas na região Nordeste sobre a inclusão de crianças com deficiência. No entanto, tal análise também revelou um quadro preocupante nessa região, constatou-se a incipiente e a pouca relevância das pesquisas voltadas para tal discussão, sendo assim, percebe-se a falta de suporte científico para uma prática mais inclusiva.

Constatou-se, que de maneira geral, a escola não se sente preparada para o desafio de incluir crianças autistas, incluir esses alunos. Embora o país possua bases legais para inclusão, faltam ferramentas práticas para que se efetive na prática. Percebeu-se iniciativas da escola, professores, mediadores, entre outros, mas ainda é necessário práticas essenciais, para que a inclusão aconteça como, por exemplo, a qualificação de professores, empoderam o desenvolvimento social para crianças dentro do espectro autista, a contratação de mediadores pelas escolas, psicólogos escolares, a produção científica sobre tal temática, entre outros aspectos.

Torna-se, portanto, de grande relevância novas pesquisas no campo da psicologia e educação para atender a essa ainda mais realista desse quadro faz-se necessário a realização de pesquisas de campo, onde sejam feitas entre mediadores, etc., a fim de realizar um mapeamento dessa realidade e de se estudar maneiras de implementar o mais eficaz.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Psicopatologia. 5. ed. São Paulo: Roca, 2013.
- ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. *Psicol. cienc. prof.* v.4 n.1 Brasília, 1984
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011
- BRASIL, Constituição. Constituição Federal Brasileira de 1988. . .
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. 2012. 3 p. Disponível em . Acesso em 18 de setembro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. No Brasil, 2017.http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_2017.pdf Acessado em 15/11/2017
- CANDEIAS, A. R. G. Autismo: inclusão ou integração. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Educação e Ciências, 2018. Acesso em 15 de março de 2018.
- CUNHA, P. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2014.
- DANUZZI, M.V.M A. Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica. *Psicologia Ciência E Profissão*, 2017, v. 17, n. 1.
- FARIAS, I. M. et al. **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise da base na teoria da experiência de aprendizagem mediada**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2008, v.14, n. 1.
- KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Yale Child Study Center, Yale University School of Medicine, 2006.
- KUPFER, M. Pré-escola terapêutica Lugar de Vida: um dispositivo para o tratamento de crianças com distúrbios de personalidade. In: SOUZA, M. (Org.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- MACÊDO, C. R. S. A criança com transtorno do espectro autista (TEA) e o professor: uma proposta de intervenção mediada (EAM). 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- MANTOAN, M. T. **E. Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- NASCIMENTO, V. G. **O acompanhamento terapêutico escolar no processo de inclusão de uma criança com Nascimento**. - 2015.
- ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**/ Sílvia Ester Orrú. 2. ed. Rio de Janeiro, 2013.
- PEREIRA, D. M. **Análise dos efeitos de um plano educacional individualizado no desenvolvimento autista de um aluno com transtorno do espectro do autismo**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- PRAÇA, É. T. P. O. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. 2011. 140f. Tese (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Ciências Exatas, Juiz de Fora (MG), 2011.< <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissert%C3%A1cio%20de%20Mestrado%20de%20Pra%C3%A7a%20-%20140f.pdf>
- RAMOS, F. S; FONTES A. L. D; CORDEIRO, M. M. P; JÚNIOR, A. C. S; COSTA, J. O papel do psicólogo escolar com pessoas com deficiências. **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva**, 2016. Disponível em: Acesso em 15/11/2017.
- SANCHES, I. E TEODORO, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista de Psicologia da Educação**, 2006, v. 10, n. 1, p. 1-12.

SANTOS, A. A. Inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Significados e p

SEGATE, A. **A formação docente para a inclusão escolar de alunos especiais.** In; Anais do II Seminário c
44-50 21. 22 de maio 2010

SILVA, A, B, B. **Mundo singular: entenda o autismo/** Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifacio Gaiato, I
Objetiva, 2012.

SILVA, V. C. G. A inclusão de crianças com autismo. Reflexão de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação
Portugal. 2017. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/1977/1/TME%20585.pdf>. Acesso :

SOUSA, D. L. S. O Diagnóstico e a escolarização [manuscrito]: os sentidos subjetivos constituídos por mães de
Silva Sousa. – 2016.

SUPLINO, M H F. **Inclusão Escolar de Alunos com Autismo.** 2008. Disponível em:
> Acesso em 27 de novembro de 2017.

TEIXEIRA, G. **Manual do Autismo. Guia dos Pais Para o Tratamento Completo.** 1 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.